

Gisèle Halimi e o direito ao aborto, a luta da vida de uma advogada

FONTE: [Europe Solidaire Sans Frontière](#) | 28/07/2020 |

TRADUÇÃO: Sandra Macedo

Sua luta incansável pelos direitos das mulheres, pela descriminalização do aborto e por um melhor reembolso, mas também por um acesso mais fácil à educação sexual, nunca cessou.

Após sua morte, Gisèle Halimi deixou uma marca indelével na história do feminismo. O seu compromisso, presente desde a infância, está estreitamente ligado à sua própria experiência da condição feminina. O compromisso de Gisèle Halimi foi também motivado por um acontecimento íntimo.

Antes de lutar pela legalização do aborto, Gisèle Halimi tinha ficado traumatizada com a sua própria interrupção da gravidez em 1946. Um aborto bárbaro que ela disse ao Le Monde: “Eu também, aos 19 anos, tinha experimentado o mais profundo sofrimento depois de um aborto realizado por um jovem médico sádico, um monstro, que realizou uma curetagem sem anestesia dizendo: ‘Desta forma, não voltarás a fazê-lo’”.

“A injustiça é fisicamente intolerável para mim”.

Uma lembrança eminentemente dolorosa e fundadora das lutas que virão. “Chorei muito naquela noite, com a sensação de que tinha sido torturada para ratificar minha liberdade como mulher e para me lembrar que dependia dos homens. Mas eu não me arrependia. A biologia tinha me armado uma armadilha. Eu vencera. Eu queria viver em harmonia com o meu corpo, não sob os seus ditames”.

Mas, antes de assinar o famoso Manifesto das 343 vadias, Gisèle Halimi começou sua carreira na Tunísia em 1949 onde defendeu os sindicalistas tunisianos e os combatentes da independência.

Um compromisso que faz sentido. “A injustiça é fisicamente intolerável para mim”, disse ela frequentemente. “Toda a minha vida pode ser resumida nisto. Tudo começou com o árabe que é desprezado, depois o judeu, depois o colonizado, depois a mulher”, confidenciou ela ao Jornal de Domingo (JDD) em 1988.

O ano de 1971 marcou um ponto de viragem para esta feminista engajada. Ela vive agora em França. Desde o final dos anos 50, ela tem estado próxima de Simone de Beauvoir, especialmente quando defendia Dajmila Boupacha, uma jovem militante da Frente Argelina de Libertação Nacional (FLN) que foi violada e torturada por soldados franceses. Uma luta em que a intelectual francesa participou. Em Abril, assinaram em conjunto com mulheres conhecidas e anónimas um texto para denunciar a repressão ao aborto. Em Le Nouvel Observateur é publicado “Un appel de 343 femmes”, mais tarde rebaptizado “Le Manifeste des 343 Salopes” (manifesto das 343 Vadias).

“Gisèle, você não pode assinar”

Neste texto, todas estas mulheres afirmam ter feito abortos clandestinos. De acordo com uma lei de 1920, o aborto era então considerado um crime. Gisèle Halimi sabia disto: como advogada, assinar tal texto não é isento de consequências. Ela arrisca-se a uma reprimenda. Simone de Beauvoir avisa-a. “Gisèle, não pode assinar, como advogada. Mas, por favor, tente recolher nomes à sua volta”. Gisèle Halimi assinará de qualquer forma.

Quando compreende o perigo em que alguns signatários podem estar, especialmente os anónimos, ela se mobiliza. “Ninguém será processado sem nos processar a todas..., promete ela. Criaremos uma associação para assumir a vossa defesa e todos

os 343 estarão em todas as ações tomadas contra qualquer uma “.

Em Julho de 1971, o movimento “Choisir la cause des femmes” (Escolher a causa das mulheres) é assim criado graças a Gisèle Halimi, Simone de Beauvoir, Jean Rostand, Christiane Rochefort, Jacques Monod. Os objetivos são triplos: educação sexual e contracepção, revogação da lei de 1920 e a defesa gratuita das mulheres processadas por aborto.

A partir do ano seguinte, a França não poderá mais passar ao lado desta advogada engajada. Ela defende perante o tribunal criminal de Bobigny Marie-Claire Chevalier, uma menor acusada de ter feito um aborto após um estupro, e a sua mãe, acusada de cumplicidade.

“Fiz um aborto, cometi este crime”

Por ocasião deste julgamento emblemático, o público descobre esta mulher com a sua aparência sempre impecável, que tem um areópago de personalidades literárias e científicas que vêm para denunciar um julgamento de outra época.

Ela obteve a absolvição da jovem mulher e conseguiu mobilizar a opinião pública, abrindo o caminho para a descriminalização do aborto no início de 1975 com a Lei Veil. Para convencer sua audiência, no seu argumento final, Gisèle Halimi confia também a sua história pessoal.

No julgamento de Bobigny”, escreve ela em “Lait de l’Oranger” [1], um relato autobiográfico, “Decidi contar tudo sobre as ações das mulheres e a minha própria experiência. Comecei com uma confissão-provocação: fiz um aborto, cometi este crime. O Presidente quis me interromper. Ele gesticula com a mão. As mulheres, apinhadas na sala repleta, aplaudiram”.

Uma advogada que admite perante o tribunal que estava fora da lei por defender seus clientes acusados do mesmo delito. Após uma investigação, ela ainda diz: “Recebi uma sanção. Ambígua e

moderada. Lembrando hoje da cerimónia disciplinar, me enche de alegria “.

“Se tivesse de fazer tudo de novo, assumiria os mesmos compromissos”.

A sua carreira política estará também ao serviço dos direitos da mulher. Eleita deputada por Isère (PS relacionado) em 1981, continuou a luta na Assembleia, desta vez para o reembolso da interrupção voluntária da gravidez (aborto), finalmente votado em 1982.

Em 1995, assumiu a liderança, juntamente com o antigo ministro da Justiça socialista Robert Badinter, do comité francês de apoio a Sarah Balabagan, uma jovem empregada doméstica filipina condenada à morte nos Emirados Árabes Unidos pelo assassinato do seu empregador que abusava dela. Intervirá também frequentemente para expressar a sua preocupação com o encerramento de vários centros de aborto na região parisiense (2009), para denunciar o regresso “indecente” de Dominique Strauss-Kahn aos meios de comunicação social (2011) – após o tribunal norte-americano ter retirado as acusações criminais contra ele no caso Sofitel – ou para defender a criminalização dos clientes das prostitutas (2011).

Em Setembro de 2019, deu uma última entrevista ao Le Monde [2]. Oportunidade, de uma vez mais, colocar no centro de tudo a luta pelos os direitos das mulheres. Ela apercebeu quão longe tinha chegado, mas também quão longe ainda tinha de ir. “Ainda me surpreende que as injustiças feitas às mulheres não provoquem uma revolta geral”. E para afirmar que a porta do seu escritório de advocacia estava sempre aberta. “Passaram setenta anos desde que fiz o juramento, e se tivesse de o fazer novamente, acreditem, assumiria os mesmos compromissos, faria exatamente a mesma escolha.

Sandra Lorenzo com AFP